

As vicissitudes de ter e ser um irmão: a função fraterna

1. Introdução

Assim como a o n ascer o primeiro filho de um ca sal ina ugura a f amília (R uffo, 2003) e o conflito intergeracional, o segundo filho inaugura a fratria (Silveira, 2002) e dá origem ao conflito intrageracional. Não escolhemos nossos irmãos, eles nos são impostos por nossos pa is, mas c om e les c ompartilhamos a n ossa história de vida, nossas experiências, vivências e lembranças por m ais tempo d o q ue provavelmente com qualquer outra pessoa. Ser e t er um (a) irmã o(ã) vai se constituir numa das três contingências vitalícias, pois assim como não há ex-pais nem ex-filhos, Silveira (2002) coloca que “não existem ex-irmãos” (2002: 94).

Embora as relações fraternas tenham um valor primordial na vida e ocupem lugar de destaque nos filmes, novelas, romances, contos, mitos e lendas, relações familiares, sociais e institucionais, têm sido relativamente pouco estudadas nas teorias psicanalíticas (Brusset, 1987; Moguillansky & Vorchheimer, 2001; Rustin, 2008). Desde Freud, o relato de casos clínicos mostra a importância do irmão ou irmã para a subjetividade infantil, mas a teoria enfatiza a relação com os pais. A psicanálise tem privilegiado o complexo edípico e o de trimento da importância do irmão, do semelhante, na constituição do sujeito (Brusset, 1987; Kehl, 2000) e do laço social.

A nossa experiência clínica no atendimento individual e de casais trouxe à baila a questão do laço fraterno e da relação fraterna. São frequentes os relatos a respeito de irmãos. No atendimento de clientes individuais observamos que estes se queixam muitas vezes de seus irmãos, sentem-se prejudicados. Por eles, consideram que os pais os favorecem em seu prejuízo, podendo as desavenças, em inúmeros casos, culminar com o rompimento da relação, com o fato de não se falarem mais.

À nossa experiência clínica aliou-se a observação do entorno social. Nas duas situações, foi possível verificar o rompimento de relação entre irmãos se repetindo por duas, e até três gerações. Nesses casos, deparamo-nos muitas vezes com primos distantes, filhos de seus irmãos, que mal se conhecem e pouco se encontram. Ainda na mesma situação de irmãos (pais e tios) que não se falam, podemos encontrar primos com bom

relacionamento entre si, como se não o tivessem nada a ver com a briga dos respectivos pais.

Entre irmãos encontramos a rivalidade como reflexo do que é inerente ao ser humano e na contemporaneidade, a violência e as guerras talvez se manifestem como consequência do que pode ocorrer entre irmãos. Inúmeras vezes observamos que quanto mais próximos, “mais irmãos”, as rivalidades e as hostilidades parecem aumentar. Assim, grupos diversos dentro de um mesmo partido político, de uma mesma religião, comunidades vizinhas e próximas em todos os aspectos, inclusive dentro de um mesmo país, podem vir a se considerar inimigos mortais. Estamos diante do que Freud ([1921] 1993, [1930] 1993), denomina “narcisismo das pequenas diferenças”, em contraposição ao fato de que, segundo ele, quando as diferenças são grandes não nos espantamos com a dificuldade em superar a aversão ao outro.

Na tentativa de compreensão do mundo atual em que rivalidade e violência, que sempre existiram, parecem aumentar, observamos a continuidade ininterrupta de guerras fratricidas. Não é fácil para o homem renunciar à satisfação de sua inclinação agressiva, pois como já disse Freud ([1930] 1993) o homem é o lobo do homem. A rivalidade existente no ser humano se reflete no social.

Por outro lado, também tivemos oportunidade de observar, tanto no consultório como na vida social, famílias em que os irmãos são solidários, companheiros, cúmplices, mantendo uma relação de grande proximidade afetiva, relação essa que se estende à família mais ampla quando crescem, isto é, o intercâmbio afetivo amoroso entre tios e sobrinhos vai se refletir na amizade entre os primos. Rosen *et al* (2002) demonstram, através de um estudo, que o fenômeno de “síndrome do ninho vazio”, que descreve a experiência de perda e crise de identidade dos pais quando todos os filhos deixam a casa, também pode ser encontrado entre irmãos. O último irmão remanescente experimentaria sentimentos de tristeza, de “ninho vazio”, quando todos seus irmãos partissem. Concluem que quanto maior o grau de proximidade na relação entre os irmãos, maior parece ser esse efeito.

Para efeito de nosso estudo, consideraremos os irmãos, filhos do mesmo casal, com o qual convivem. Quando utilizarmos o termo irmão, estaremos nos referindo a qualquer dos gêneros.

A chegada do irmão: a formação da fratria

A chegada do irmão é a chegada do “estrangeiro”, daquele que com sua presença perturba o equilíbrio constituído. Com ele é introduzida a noção de mudança, a de paridade. A partir do nascimento do segundo filho terão início partilhas, negociações, julgamentos. O filho mais velho necessitará reorganizar seu espaço e sua maneira de pensar, levando em conta a existência do mais novo. A fratria desloca o primogênito do lugar único e privilegiado que este, até então, ocupava na relação com seus pais. Ao colocar o filho mais velho na situação de “a penas mais um, um entre outros”, a fratria possibilita sua introdução na rede de relações sociais. “Cada um de nós nutre a fantasia de ser alguém único, de ser o único a contar para os outros e no mundo. Abandonar essa ideia é difícil mas necessário para viver entre os outros, com toda a sua vulnerabilidade” (Ruffo, 2003: 46).

Os irmãos vão formar um subgrupo dentro da família, também chamado de subsistema fraterno, ampliando o complexo e dípico, transformando-o em complexo familiar. O relacionamento fraterno vai contribuir significativamente tanto para a harmonia quanto para a desarmonia familiar, e esse conjunto de vivências funcionará como um laboratório para as relações sociais e experimentadas fora da família. Essa relação é formada e fortalecida durante a infância, apresenta o apíce dos conflitos e das transformações na adolescência e geralmente se reequilibra na idade adulta e na velhice, apresentando uma nova forma de manutenção da relação.

Vários fatores, tais como gênero, diferença de idade, intervenções parentais e temperamento infantil, intervêm na relação para facilitá-la ou dificultá-la. Temperamento é aqui definido como o estilo ou padrão de comportamento individual que o sujeito utiliza ao relacionar-se com os outros e com o meio ambiente.

Se o irmão surge precocemente, durante o desmame, por exemplo, pode suscitar impulso de destruição imaginária ou regressão ao objeto anterior, materno. O nascimento de um irmão no período pré-edípico vai levantar as questões sobre sexualidade e mobilizar a investição que precipitará sua entrada no Édipo: a descoberta da diferença sexual na infância, a origem dos bebês, a cena primária, a angústia de castração.

Ao nascer tardiamente, o bebê pode ser “adotado”, mobilizando no filho mais velho identificações parentais com consequentes sentimentos de ternura e proteção. Se, entretanto, a diferença de idade é muito grande a ponto de chegar a ser a de uma geração, faltará o essencial para a consolidação do sentimento de irmandade, ou seja, a história de vida comum, os acontecimentos íntimos, os momentos vividos juntos e compartilhados, principalmente na infância, para formar os vínculos da fratria.

Os filhos reavivam as boas e as más lembranças dos pais. Cada um dos pais tem as suas lembranças, de conteúdos diversos e que são ignoradas, ou não, pelo cônjuge. O casal parental tem as suas próprias vivências enquanto membros de uma fratria, e assim, cria expectativas, não só em relação ao novo filho, mas também, ao modo como a relação entre ele e o mais velho vai se desenvolver. Os pais projetam, então, nos filhos os fantasmas da sua relação com seus próprios irmãos na infância, ou as fantasias que faziam a respeito de um irmão imaginário, caso tenham sido filhos únicos.

A relação entre os irmãos na primeira infância vai ser marcada pela disputa do amor e da atenção dos pais, além de pelo desenvolvimento da própria personalidade, através da diferenciação com os irmãos (Carter & McGoldrick, 2001). Na latência, entre 7 e 14 anos, encontramos os “clubes do bolinha e da luluzinha”, em que quem for do outro sexo “não entra”. A distância entre irmão e irmã será grande, cada um evoluindo em seu próprio mundo.

A entrada na adolescência é por si só uma fase complexa e “tormentosa”. O adolescente perde a sua identidade infantil com suas inerentes vantagens, sem ter ainda conseguido o poder que o estado de adulto confere. A presença de irmãos mais novos, ainda crianças, pode intensificar seus tormentos. O adolescente, ao mesmo tempo em que luta para deixar de ser criança, ainda anseia pelos carinhos, proteção e vantagens dessa situação. O recrudescimento da situação edípica, quando ele precisa se afastar de pai e mãe, uma vez que agora o Édipo pode ser consumado, dificulta a relação com um irmão menor, que pode estar com preocupações semelhantes, sem que precise “fugir” dos pais, e podendo ainda gozar de sua proximidade e carinhos.

Quando a fratria é composta por irmãos adolescentes, o motivo principal da discórdia é a demarcação de seu território (quarto inviolável) e o uso de objetos pessoais,

sem autorização, danificados, ou não restituídos. Ocorrem, entretanto, instantes privilegiados em que reinam relações cúmplices e calorosas. Os irmãos compartilham interesses e ambições, podendo ser companheiros e ter um bom entendimento. A solidariedade entre os irmãos pode ser de tal ordem que os pais se sintam diante de um “sindicato dos filhos”, pois estes se protegem uns aos outros, defendendo a causa do irmão, numa atitude corporativa. A relação entre irmão e irmã pode ser ainda de maior cumplicidade e proximidade do que a que se dá entre adolescentes do mesmo sexo. A adolescência pode ser considerada uma “segunda chance” de nos tornarmos “irmão do irmão” (Ruffo, 2003; Silveira, 2002).

Na idade adulta, ocorre geralmente um distanciamento entre os irmãos. Cada um segue seu caminho, iniciando carreiras profissionais, fundando seu próprio núcleo familiar. Seus investimentos emocionais estão mais concentrados na construção de sua vida pessoal. Em decorrência de estudo, trabalho ou casamento, podem, inclusive, vir a pertencer a classes sociais diferentes. Pensamos, entretanto, que o distanciamento entre irmãos adultos poderá ser maior ou menor em função da dinâmica familiar do passado.

A disputa, o ciúme, a inveja, a rivalidade

Os irmãos convivem intimamente por um período razoavelmente longo, e possuem uma necessidade e um desejo comuns, a saber, o amor preferencial dos pais. Essa condição transforma-os em um grupo com grande potencial na criação de defesos, podendo vir a transformá-los inclusive em adversários. A dinâmica familiar poderá levar os irmãos a uma competição saudável e equilibrada na busca de satisfazer sua necessidade emocional, ou ao contrário, promover animosidade e a criação de inimigos.

As disputas fraternais são comuns à maioria das famílias, apesar das diferenças de valores, estilo ou filosofia de vida de cada uma delas. Essas disputas, características de todo grupo fraternal, têm um caráter mais lúdico do que agressivo. A finalidade é conquistar e preservar um espaço dentro do grupo, garantir uma individualidade, buscar o atendimento satisfatório de interesses e necessidades e ocasionalmente de usufruir das vantagens do poder.

Além de saudáveis, as disputas são importantes, pois ensinam a administrar os sentimentos relativos a perdas e ganhos, apontam limitações e modos de tentar superá-las, mostram as questões e em que têm maior facilidade e como valorizá-las, promovem alianças, ensinam a dividir, compartilhar, solidarizar-se e a postergar (Britto, 2002).

O irmão e a irmã desempenham, portanto, um importante papel na constituição do sujeito, maior do que a disputa pelo amor materno/paterno pode sugerir. O ciúme tem importância na construção da personalidade: o outro permite a cada um dos irmãos definir-se melhor, através da percepção do jogo das semelhanças e diferenças entre si.

Cada novo membro que chega à fratria, entretanto, reaviva as rivalidades, modifica a distribuição dos papéis. A chegada do terceiro filho desloca o caçula de seu lugar, ao mesmo tempo em que faz o mais velho reviver o deslocamento sofrido por ocasião do nascimento do segundo; seus pais vão estar menos disponíveis para ele. Os sentimentos de ciúme não poupam nenhum dos irmãos da fratria. Enquanto o mais velho lamenta a atenção dispensada ao menor, o caçula pode ter ciúmes das relações do mais velho, anteriores ao seu nascimento, das prerrogativas e conquistas de que ele usufruiu devido à idade; o filho do meio, por sua vez, pode questionar o fato de haver sempre um que manda e um que é mimado. A fratria é o lugar da competição: enquanto os menores querem igualar e superar os mais velhos, estes querem conservar sua superioridade.

As disputas diárias entre os irmãos na vida têm a ver, entretanto, com a rivalidade que possa surgir entre eles. Na rivalidade fraterna, as brigas transformam-se em batalhas, possuem um objetivo diverso e são consideradas disputas psicológicas. Quando os elementos inveja, ciúme e competição se estabelecem como um padrão fixo de relacionamento do grupo, podem se transformar em poderosos instrumentos mobilizadores de uma guerra interminável, a rivalidade fraterna (Britto, 2002).

A *Bíblia* (1962), enquanto transcrição de mitos e lendas transmitidos oralmente através das gerações, nos fornece uma série de relatos ilustrativos a esse respeito. O mais famoso dentre eles é o que nos conta a história de Caim e Abel (Gen 4, 1-16). Caim vai matar Abel, o preferido por Deus. Através desse relato, ficamos sabendo que o primeiro homicídio ocorrido na Terra se deu entre dois irmãos, causado pela inveja, pelo ciúme e pela competição. A rivalidade entre os irmãos Esaú e Jacó fará com que o segundo, preferido da mãe Rebeca e com sua cumplicidade, engane o pai, Isaac, e roube de Esaú a

bênção para o primogênito (posteriormente os dois se reconciliarão). José, emboravido por seus irmãos ciumentos como escravo, será, entretanto, quem vai assegurar a sobrevivência e a linhagem da família. Desses relatos, deduzimos que a rivalidade entre irmãos, levada ao extremo e transmitida como algo inevitável, se faz presente “desde que o mundo é mundo”.

Kehl (2000) atribui a permanência da rivalidade fraterna, até a idade adulta, aos pais e educadores, que conscientemente ou não, empregam táticas de “dividir para reinar”, incentivando a fantasia infantil de que só há lugar para um no amor parental. Esta poderia ser também a fantasia inconsciente de um dos pais ou de ambos e não apenas uma tática para o exercício do poder. Esta falta de diversidade no ambiente familiar pode acarretar consequências funestas, tanto para o vencedor da disputa como para os supostos perdedores.

Lembremo-nos da formação da fraternidade, segundo Freud (1913). A inveja e o ciúme, afetos nunca de todo eliminados, fizeram parte da base afetiva sobre a qual se construiu e se manteve a renúncia coletiva ao lugar de pleno poder, antes ocupado pelo pai. A necessidade de controlar a rivalidade fraterna permitiu o nascimento e permite o renascimento do senso e da exigência de justiça.

A cumplicidade, o companheirismo, a solidariedade

O fato de ao se considerar as relações entre irmãos haver uma tendência a enfatizar mais a relação de inveja, ciúme, rivalidade, em detrimento de um possível bom relacionamento, faz com que não se dê a devida importância ao papel que a fratria, através da função fraterna, desempenha na estruturação familiar.

Losso (2001) define a função fraterna como sendo de ajuda recíproca, de colaboração, de assistência em um nível de igualdade, de defesa dos direitos das gerações e de provisão de modelos de identificação entre os irmãos, que por pertencerem à mesma geração funcionam como modelos de identificação diferentes dos pais. A relação entre os irmãos implica um contexto em que através do jogo possa-se elaborar a angústia e desenvolver a criatividade. Além de ensinar e aprender recíprocos, permite também a

descarga moderada de agressividade. A possibilidade de exercer essas funções com o consequente desenvolvimento de representações vinculares conscientes e inconscientes, implica facilitar o estabelecimento de relações “suficientemente boas” com os pares na vida adulta. Para que os irmãos possam construir um vínculo “suficientemente bom”, é preciso haver uma complementaridade em seus papéis, além da relação de intimidade e certa coincidência em seus valores pessoais.

A relação entre os irmãos pode, inúmeras vezes, ser fonte de aprendizagem para os pais. O vínculo entre os irmãos pode desempenhar um papel importante como sustentáculo do equilíbrio familiar em situações de crise, tais como separação dos pais, doença, morte de um dos pais, de ambos, ou de outros. Essas vicissitudes na vida familiar não necessariamente acarretarão a instalação de uma patologia, na medida em que se encontre um “contínente” para elas, “contínente” esse que pode vir a ser o vínculo fraterno. Os irmãos, enquanto suporte familiar, podem também se encarregar do cuidado dos pais, quando estes o necessitarem, em sua velhice.

Como exemplo da importância que o apoio da relação fraterna pode assumir, temos o estudo a respeito das crianças do campo de concentração de Terezin, na então Checoslováquia, que haviam estabelecido entre si relações privilegiadas. A relação horizontal fraterna havia substituído, dentro do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais. As crianças em questão eram seres traumatizados, que em consequência do drama da perda de seus pais, haviam vivido em circunstâncias muito especiais. Elas formavam o grupo dos “Órfãos de Terezin”, constituído por seis crianças cujos pais haviam sido assassinados pelos nazistas. Embora não fossem biologicamente irmãos, assim foram consideradas pelo fato de terem sido forçadas a crescerem juntas desde o seu nascimento, criadas na Ala de Crianças sem Mãe do referido campo de concentração. Quatro dessas crianças perderam a mãe imediatamente após o nascimento e duas provavelmente antes de completar um ano. Após a morte de suas mães, as crianças vagaram de um lugar para outro com mudança total dos adultos que as cercavam e que atendiam apenas suas necessidades biológicas básicas. Elas desenvolveram uma relação de apego umas com as outras antes da aquisição da linguagem e antes de desenvolver a liberdade de escolha de companhia. Sem dispôr de brinquedos, sua atividade social

consistia aparentemente em brincar umas com as outras e elas nunca se apegaram a adultos.

Quando os aliados libertaram Terezin, em 1945, as crianças foram enviadas a um berçário terapêutico em Hampstead, Inglaterra onde Anna Freud e Sophie Dann as observaram. Por ocasião dessa mudança, suas idades variavam de 3 anos a 3 anos e 10 meses. Foi considerada impressionante a total ausência de rivalidade e agressão entre os membros do grupo, assim como sua falta de confiança no adulto. A relação horizontal fraterna havia substituído, dentro do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais (Bank & Kahn, 1982; Brusset, 1987).

As experiências compartilhadas com os irmãos vão produzir as identificações horizontais, secundárias às identificações verticais representadas pelos ideais das figuras parentais. Se não excluem a identificação vertical, relativa às figuras parentais, suplementam a função paterna. A circulação horizontal atualiza e modifica a linguagem para expressar as demandas emergentes que a sanção paterna não permite satisfazer. Na circulação horizontal, ainda, vão se produzir ou confessar as transgressões, praticadas não necessariamente contra a Lei, mas sim contra as interdições arbitrarias perpetradas pelas autoridades disciplinares. Estamos designando como circulação horizontal o tipo de vínculo social em que a transmissão de saber e de experiência se dá preferencialmente entre semelhantes, no caso em questão, os irmãos (Kehl, 2000).

Entre irmãos a transmissão ocorre por escuta, uma vez que os filhos dificilmente aceitam de seus pais, o peso da lei, por exemplo, podem fazê-lo de seus pares, irmãos, primos e amigos. Em companhia uns dos outros, os irmãos vão poder aprender as coisas da vida e do mundo, adquirir elementos de linguagem, e scutar histórias familiares, elaborar a angústia, desenvolver a criatividade através de jogos e brincadeiras, explorar domínios desconhecidos, entre os quais a sexualidade. A utilização do lúdico em sua interação facilita a transmissão, a herança, e atenua o efeito da coação (Eiguer, 2001).

Moguillansky e Vorchheimer (2001) outorgam ao vínculo fraterno um lugar central como modelo dos sentimentos de pertencer, o que vai se refletir nas relações sociais entre pares, pois nos definimos como irmãos enquanto cidadãos do mesmo país, membros da mesma instituição.

A experiência nos mostra o poderoso laço afetivo de pertencer a um mesmo grupo em que as diferenças de idade e de sexo são atenuadas pela referência comum a um ideal de fraternidade que exclui a rivalidade, o ódio, o incesto, evita o Édipo e a castração. É preciso ter em conta, entretanto, que a manutenção rígida de um ideal igualitário entre os irmãos poderá atuar como formação reativa e diante de qualquer desigualdade desencadear uma luta fratricida, destruidora do grupo e de seus elementos, a menos que um elemento de fora, um “bode expiatório”, atraia para si o desvio da hostilidade. O caráter narcisista e a intensa ambivalência dos vínculos fraternos, portanto, fazem com que a união fraterna levada ao extremo, isto é, fidelidade absoluta aos objetos e leis do espaço familiar, possa adquirir valor tânático e endogâmico, o que explicaria a necessidade de sair e formar novos grupos sociais onde, entretanto, a rivalidade evitada no espaço familiar reaparecerá (Brusset, 1987).

A adolescência é por si só, o período das grandes formações fraternas, seja por laços de sangue, seja por laços de amizade. O grupo vai funcionar tanto como aval das identificações, uma vez que o sujeito, ao sair da infância, ainda não se sente seguro delas. Os irmãos vão poder até mesmo produzir uma contracultura com seus signos distintivos e valores próprios, vedada à compreensão dos adultos, com seus pactos secretos, mas menos oposta a eles do que possa parecer. A fratria estabelece laços de cumplicidade que permitem, em muitos casos, “enganar o pai”. Os irmãos, unidos na conspiração, se permitem desafiar a proibição da autoridade, numa iniciativa de liberdade legitimada pelo grupo, possibilitando o enfraquecimento do poder de verdade absoluta que a palavra paterna tem na infância. Se os pais, temendo uma rebelião e a consequente transgressão, se tornam demasiado severos, pode haver um mal-entendido: ao tentar impedir a união entre os irmãos, um estilo de amor e de entendimento que pregavam, desqualificam-se a si mesmos. Lembremo-nos, porém, como justificativa para a reação paterna nesses casos, que a rebelião da horda e sua união em torno do assassinato do pai, faz parte de nosso modelo mítico (Eiguer, 2001; Kehl, 2000).

A função fraterna não é exclusiva dos irmãos. Um pai, por exemplo, pode estar exercendo a função fraterna com seu filho ao jogarem uma partida de xadrez, uma vez que ambos estarão em situação de paridade nesse momento. Do mesmo modo, primos, amigos, podem estabelecer modelos intersubjetivos com características de vínculo

fraterno, exercendo uma função fraterna. Essas situações assumem uma importância maior no caso de filhos únicos.

De qualquer forma, a vivência da relação fraterna deixará suas “marcas” no psiquismo individual. Os modelos vinculares daí decorrentes, tais como ambivalência, rivalidade, sentimentos amorosos, necessidade de reparar, impulso de domínio, sujeição ao irmão e outros, tendem a se repetir ao longo da vida nos vínculos com outros pares. Em geral, os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e também em grande parte inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros, por terem vivenciados juntos sentimentos e conflitos ao longo do tempo na intimidade da vida familiar. Em cada irmão perdurará uma “memória” desses acontecimentos familiares. Mesmo que ao crescer, cada um dos irmãos siga um caminho diferente, a experiência da intimidade compartilhada deixará sua “marca” no inconsciente de cada um deles. O conhecimento da intimidade do outro irmão continuará sendo um legado e um ponto de referência para a própria identidade.

O vínculo fraterno, portanto, não é um simples derivado do vínculo com os pais, mas tem vida própria. Contribui para a atmosfera de intimidade e manutenção da unidade familiar, no sentido de perenidade dos vínculos. Intervém ativamente na transmissão do saber e da lei. Quando há afinidade, os irmãos podem amenizar a dureza das obrigações e os mais velhos podem direcionar os mais novos para o mundo. Se, porém, a rivalidade fraterna for exacerbada, esses afetos estruturantes vão se reprimidos, cindidos ou se tornar inalcançáveis. A convivência feliz entre os irmãos vai depender enormemente do legado parental, ou seja, o amor ao transicional, o respeito ao outro e a capacidade de aprender (Eiguer, 2001).

Encontramos, com mais facilidade, tanto na clínica quanto na vida social, exemplos de competição, rivalidade, inimizade entre irmãos do que exemplos de amizade e solidariedade. Essa constatação nos faz pensar se o companheirismo entre irmãos, quando ocorre, é elogiado por não ser considerado normal (no sentido de norma, média), por ser o contrário do esperado. Perguntamo-nos se, nesse caso, os valores da fraternidade são deslocados para os amigos, “os irmãos escolhidos”.

Alguns grupos e ONGS começam a se formar e surgir com a intenção de apoio e solidariedade, numa tentativa de uma camada da sociedade se contrapor à violência atual (movimento “BASTA”, por exemplo) através da demanda de fraternidade. A sociedade está agindo tendo como modelo o bom relacionamento entre irmãos. Há poucos movimentos de retorno aos “bons costumes”, pois o que ocorre na família se repete na sociedade maior.

Os filhos se tornam o ideal comum de suas famílias e cultura. A fratria é, assim, a portadora da psique das massas e do narcisismo parental. Ela deverá preencher, elaborar, reparar, restituir a deficiência no vínculo fraterno dos ancestrais e suas vicissitudes serão marcadas pelo grau de diferenciação do vínculo entre as gerações anteriores e pelo modo com que ela pode se apropriar de sua história (Freud, 1921).

A responsabilidade dos artigos assinados é dos seus autores.